

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DESEMBARGADOR(A) ELEITORAL  
RELATOR(A) DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE  
DO SUL

Recurso Eleitoral nº	0600082-63.2022.6.21.0148
Procedência:	PONTE PRETA
Assunto:	CONTAS – DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS – PARTIDO POLÍTICO – ÓRGÃO DE DIREÇÃO MUNICIPAL – PRESTAÇÃO DE CONTAS – DE PARTIDO POLÍTICO
Polo ativo:	PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT DE PONTE PRETA/RS E OUTROS
Relator:	AFIF JORGE SIMOES NETO

PARECER

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES GERAIS 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIRETÓRIO MUNICIPAL. **PRELIMINAR.** NULIDADE DA SENTENÇA. VIOLAÇÃO AO CONTRADITÓRIO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO APÓS O PARECER CONCLUSIVO. IRREGULARIDADE SOBRE A QUAL O PARTIDO MANIFESTOU. **MÉRITO.** AUSÊNCIA DE ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA. DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. INEXISTÊNCIA DE VINCULAÇÃO DIRETA COM AS ELEIÇÕES GERAIS. IMPROPRIEDADE FORMAL. PRESUNÇÃO DE NÃO PARTICIPAÇÃO DO DIRETÓRIO MUNICIPAL NO PLEITO. POSSIBILIDADE DE APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS. **PARECER PELO CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO, PARA APROVAR COM RESSALVAS AS CONTAS ELEITORAIS E AFASTAR A PENALIDADE DE SUSPENSÃO DO REPASSE DAS COTAS DO FP.**

**I – RELATÓRIO.**

Trata-se de recurso eleitoral nos autos da prestação de contas do Diretório Municipal do PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT DE PONTE PRETA/RS,

abrangendo a movimentação financeira referente às eleições de 2022, apresentada sob regência da Lei nº 9.504/97 e da Resolução TSE nº 23.607/2019.

A sentença desaprovou as contas, com fulcro no art. 74, III, da Resolução TSE nº 23.607/2019, ante a constatação da não abertura de conta bancária específica, inviabilizando uma adequada análise da movimentação financeira do partido durante o pleito. Foi determinada, ainda, a perda do direito ao recebimento das quotas do Fundo Partidário, pelo período de três meses, nos termos do art. 74, §§ 5º e 7º, da Resolução TSE nº 23.607/2019 (ID 45410523).

Em suas razões recursais, o partido alega, inicialmente, nulidade da sentença, pois não foi dada vista dos autos após a emissão do parecer conclusivo, nos termos do art. 72 da Res. TSE nº 23.607/19. No mérito, alega que não abriu conta bancária porque não teve participação nas eleições gerais de 2022 e não realizou movimentação financeira. Nessa linha, sustenta que a desaprovação das contas, nessas circunstâncias, é desproporcional. Argumenta que a falha apontada não é capaz de comprometer o conjunto da prestação de contas, tratando-se de falha formal, razão pela qual requer a reforma da sentença pra que as contas sejam aprovadas com ressalvas (ID 45410528).

Os autos subiram ao TRE-RS e, na sequência, vieram a esta Procuradoria Regional Eleitoral, para análise e parecer.

É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO.**

### **II.I – Pressupostos de admissibilidade recursal.**

No que se refere aos pressupostos de admissibilidade recursal, restam presentes todos os requisitos, quais sejam: tempestividade, cabimento, interesse e legitimidade para recorrer, inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer, e regularidade formal.

Especificamente quanto à tempestividade, a publicação da sentença no DJE ocorreu em 03.02.2023. Iniciada a contagem em 04.02.2023, o prazo se encerrou no dia 06.02.2023, domingo, prorrogando-se para o dia seguinte, 07.02.2023, data em que o recurso

foi interposto, sendo, portanto, tempestivo.

Portanto, o recurso merece ser conhecido.

Passa-se à análise do mérito.

## **II.II – Mérito Recursal.**

### **II.II.I - Preliminar: nulidade sentença.**

O recorrente sustenta que foi violado o contraditório, pois não teria sido intimado para se manifestar sobre o parecer conclusivo, nos termos do do art. 72 da Res. TSE nº 23.607/19.

Não lhe assiste razão.

A intimação prevista no citado dispositivo somente se faz necessária se o parecer conclusivo apresentar "irregularidades e/ou impropriedades sobre as quais não se tenha dado oportunidade específica de manifestação à prestadora ou ao prestador de contas". No caso, o exame preliminar apontou que não foram apresentados os extratos bancários da conta "Doações para Campanha". Intimado, o partido esclareceu que " não houve abertura de conta bancária e nem qualquer movimentação financeira no pleito eleitoral de 2022, motivo pelo qual não há extratos bancários." E trouxe considerações jurídicas acerca da obrigação prevista na a Resolução n.º 23.607/19 do TSE. O parecer conclusivo, diante dessas informações, limitou-se a analisar a manifestação da agremiação e concluiu que não houve abertura de conta bancária.

Embora, a rigor, o exame preliminar não tenha efetivamente apontado a ausência de abertura de conta bancária, mas a ausência de juntada dos correspondentes extratos bancários, a manifestação do partido informou tal fato e trouxe os esclarecimentos e ponderações que entendeu necessárias. Nesse sentido, o parecer conclusivo restringe-se a fazer suas conclusões quanto ao teor da manifestação da agremiação.

Assim, não havia necessidade de nova intimação do partido, pois este já se manifestara sobre a irregularidade, razão pela qual deve ser afastada a alegação de nulidade da sentença.

## **II.II.II - Das irregularidades: ausência de conta bancária.**

A sentença desaprovou as contas da agremiação recorrente diante da não abertura da conta bancária específica “Doações para Campanha”. Considerou, assim, descumprido o art. 8º da Resolução TSE nº 23.607/2019, que impõe a obrigatoriedade da abertura de conta bancária mesmo em caso de ausência de movimentação financeira.

A inconformidade do recorrente, diretório partidário municipal, reside na alegação de que a ausência de abertura de conta bancária consubstancia-se em falha formal, sem prejuízo à análise das contas, porquanto não participou das eleições gerais de 2022, não lançou candidatos e nem realizou movimentação financeira.

O art. 45, II, da Resolução TSE nº 23.607/2019, estabelece que os órgãos partidários devem prestar contas à Justiça Eleitoral acerca da arrecadação de recursos e da realização de gastos eleitorais.

Para tanto, as agremiações devem abrir conta bancária específica, instruindo a prestação de contas com os extratos bancários que contemplam o período de campanha eleitoral, conforme disposto no art. 8º, § 2º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Em consonância com o dispositivo citado, o art. 53 e o art. 57, §1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019 preveem a obrigatoriedade de apresentação, na prestação de contas, dos extratos bancários das contas mantidas pela agremiação, de modo a comprovar a movimentação de recursos financeiros – ou a sua ausência.

Essa exigência, contudo, vem sendo mitigada pela jurisprudência desse e. Tribunal, o qual, ao apreciar prestações de contas de partidos referentes às eleições de 2018, assentou que, em se tratando de diretório municipal em eleições gerais, há uma presunção de não participação no pleito, com o que a ausência de abertura de conta bancária constitui irregularidade tão somente de natureza formal, que não enseja a desaprovação das contas, ressalvada a existência de indícios de movimentação financeira.

Nesse sentido, o seguinte precedente:

RECURSO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. DIRETÓRIO MUNICIPAL. ELEIÇÕES 2018. DESAPROVAÇÃO. AUSÊNCIA DE CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA PARA A CAMPANHA. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. AUSÊNCIA DE VINCULAÇÃO DIRETA ÀS ELEIÇÕES GERAIS. APROVAÇÃO COM RESSALVAS. PARCIAL PROVIMENTO.

Não abertura de conta-corrente específica para o pleito, em dissonância com o previsto no art. 10 da Resolução TSE n. 23.553/17. A agremiação atendeu ao comando de apresentar suas contas eleitorais, comprovando não ter havido receita ou gasto de campanha por meio dos demonstrativos emitidos pelo sistema de prestação de contas da Justiça Eleitoral. Entendimento deste Tribunal no sentido de que a obrigatoriedade de abertura de conta bancária é inafastável apenas em relação aos diretórios partidários imediatamente envolvidos na eleição em tela, quais sejam, os estaduais e os nacionais, cabendo a mitigação da exigência em relação aos diretórios municipais, salvo quando constatada movimentação financeira dirigida ao pleito. Parcial provimento, para o fim de aprovar as contas com ressalvas.

(TRE-RS. Recurso Eleitoral nº 0000044-43.2018.6.21.0083, Acórdão de 13/04/2020, Relator(a) Des. DES. FEDERAL CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, Data 17/09/2020)

Esse mesmo entendimento foi acolhido por essa egrégia Corte no julgamento dos processos nº 0000113-07.2018.6.21.0138, nº 0000084-75.2018.6.21.0131 e nº 0000059-12.2018.6.21.0083.

No caso dos autos, o recorrente apresentou sua prestação de contas perante a Justiça Eleitoral, declarando não ter arrecadado recursos ou realizado despesas nas eleições gerais de 2022.

Em síntese, no caso em tela mostra-se razoável, na esteira da jurisprudência dessa Corte para as eleições de 2018, presumir que não houve a participação do diretório municipal do PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT DE PONTE PRETA/RS no pleito de 2022, sendo que, por conseguinte, a não abertura de conta bancária específica para as eleições gerais constitui impropriedade de ordem formal, a possibilitar a aprovação com ressalvas das contas eleitorais e afastar a penalidade de suspensão do repasse das cotas do Fundo Partidário imposta na sentença.

### **III – CONCLUSÃO.**

Em face do exposto, o Ministério Público Eleitoral opina pelo conhecimento e provimento do recurso, para aprovar com ressalvas as contas eleitorais da agremiação partidária recorrente, nos termos da fundamentação.

Porto Alegre, 1 de junho de 2023

LAFAYETE JOSUE PETTER  
PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL AUXILIAR